

EXPERIÊNCIAS FEMININAS NA UNIVERSIDADE: VIOLÊNCIA DE GÊNERO E RESISTÊNCIA FEMINISTA

FEMALE EXPERIENCES AT THE UNIVERSITY: GENDER VIOLENCE AND FEMINIST RESISTANCE

Natalia Silveira de Carvalho¹

RESUMO: Recentes denúncias de assédio, nas Universidades, ensejam debate e análise crítica a partir do aporte dos estudos de gênero. Neste texto, procuro refletir sobre violência de gênero e resistência feminista na Universidade por meio de metodologias autobiográficas, a fim de relatar experiências em dois contextos: na *Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”* e na *Universidade Federal da Bahia*. Identifico que a organização feminista na Universidade é central no fortalecimento das mulheres e desenvolvimento das políticas de prevenção e enfrentamento à violência de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Violência de gênero contra mulheres. Feminismos. Assédio sexual. Universidade.

ABSTRACT: Recent allegations of harassment in Universities give rise to debate and critical analysis based on the contribution of gender studies. In this essay, I try to reflect on gender violence and feminist resistance at the University through autobiographical methodologies, to report experiences in two contexts, at the *São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho”* and at the *Federal University of Bahia*. I identify that the feminist organization at the University is central to the empowerment of women and the development of policies to prevent and combat gender violence.

KEYWORDS: Gender violence against women. Feminisms. Sexual Harassment. University.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, temos visto cada vez mais denúncias de assédio sexual nas Universidades brasileiras. Desde a minha graduação em Direito (2005 a 2009) na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) no *campus* de Franca, tenho vivido experiências de violência de gênero no contexto universitário e até hoje testemunhado modalidades de violência contra

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia, bolsista CAPES.

<http://doi.org/10.36311/2447-780X.2022.v8esp2.p59>

mulheres no âmbito da Universidade Federal da Bahia (UFBA) onde cursei meu mestrado, sou estudante do doutorado e desenvolvo outras atividades desde 2010. Semelhante ao *boom* de denúncias de violência doméstica e familiar contra as mulheres quando da promulgação da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), o que não significou necessariamente um aumento dos casos de violência, penso que o movimento que vivemos agora nas Universidades significa um rompimento com o acordo tácito de silêncio sobre as múltiplas violências contra as mulheres na vida universitária.

Falar sobre assédio sexual, na vida universitária, exige enfrentarmos muitos problemas: o medo e o silêncio das vítimas, a negação da violência pela comunidade e até mesmo sua naturalização nas relações acadêmicas. Não poderia ser diferente, considerando que os espaços acadêmicos não se afastam do contexto social em que estão inseridos. Nesse sentido, a produção de conhecimento científico não exige a Universidade de ser *locus* de produção e reprodução de relações de poder. Basta uma breve recapitulação da epistemologia crítica feminista – Donna Haraway (1995), Maria Mies (1998), Sandra Harding (1996) – para refletirmos sobre as bases sociais e históricas dos interesses de investigação acadêmica, ou ainda, dos sujeitos legitimados a produzir conhecimento. Esta crítica compreende que há bases epistemológicas silenciadas da ciência moderna, como o masculinismo inerente à regra da neutralidade, fazendo com que mulheres sigam sem alcançar a mesma legitimidade acadêmica que os homens.

Fui incentivada a refletir sobre as experiências universitárias das mulheres, especialmente sobre nossas (sobre)vivências da violência de gênero (POSSAS, 2015, 2017) no âmbito do projeto de extensão desenvolvido pelo Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Gênero (LIEG), da UNESP *campus* Marília. Nessa perspectiva, sigo a proposta de organizar um breve relato de experiência considerando o contexto de violência contra as mulheres que testemunhei na graduação na UNESP, como também minha experiência atual com violência de gênero, notadamente assédios sexuais, no contexto da Universidade Federal da Bahia. A fim de organizar meu relato, valho-me de metodologias autobiográficas que permitem reflexões e construções narrativas posicionadas da experiência histórica e em primeira pessoa (hooks, 2017; PASSEGI; SOUZA; VICENTINI, 2011). Além disso, também me vali de fonte documental para melhor contextualização das minhas memórias mais longínquas relacionada às violências sexuais contra universitárias na UNESP *campus* Franca, buscando em reportagens veiculadas à época pelos jornais *Folha Ribeirão* e *Folha de São Paulo*.

O início da minha graduação em Direito na UNESP foi marcado por uma experiência coletiva de medo do estupro que as estudantes daquele *campus* universitário vivenciaram, graças a uma série de ataques a unespeianas (e a outras estudantes de outras Universidades da cidade) no início dos anos 2000. Aqueles estupros em série ocorreram antes do meu ingresso como estudante da UNESP, mas marcaram minha vida universitária pelo medo e sentimento de

vulnerabilidade. Como procurarei relatar, além de ser uma experiência de medo, esta também foi uma vivência de solidariedade e cuidado entre mulheres, assim como minhas experiências mais recentes acompanhando situações de assédio sexual tem feito com que eu reviva aqueles momentos. Por isso a necessidade de contar um pouco do que nós, as unespianas de Franca, vivemos no início dos anos 2000, a partir do olhar imbricado em um novo e atual contexto de denúncia e organização de mulheres contra os assédios na vida universitária.

EXPERIÊNCIA UNESPIANA

Quando me matriculei na UNESP, em 2005, minha primeira semana foi marcada pela *Semana do bicho*, evento organizado pelas entidades estudantis que tinha em sua programação apresentação dos grupos de pesquisa e extensão, palestras sobre temas relevantes ao contexto universitário e festas; foi neste contexto que conheci as histórias de violências sexuais contra mulheres naquele *campus*. Lembro-me bem de uma atividade específica da semana de recepção sobre a série de estupros contra universitárias da UNESP de 2000 a 2004. Naquele momento, estudantes deram seu testemunho; não se tratava da fala das vítimas dos estupros, mas de amigas, colegas, companheiras de república e vizinhas das vítimas, ou até mesmo mulheres que conheciam garotas que viveram nas casas onde ocorrera alguma daquelas violações. Pelo passar dos anos, não posso me lembrar com exatidão das falas, mas até hoje posso sentir o medo e insegurança que me tomaram naquele momento. Eram muitos os conselhos das nossas veteranas: não ande sozinha, durma com a porta do quarto trancada, faça aulas de defesa pessoal. Hoje penso que as sensações que vivi naquele momento guardam profunda relação com o clima de medo vivido pelas universitárias antes da chegada da turma de 2005. Além disso, pela primeira vez presenciei mulheres relatando casos de violência sexual de forma pública. As falas daquelas estudantes encontraram a minha vivência secreta enquanto vítima de outras violências de gênero em outros contextos.

A organização daquela atividade foi um exercício de solidariedade feminista com as vítimas dos estupros, tendo em vista que o sigilo de suas identidades foi mantido e as narrativas de violência não foram relativizadas nem distorcidas, o que era relevante considerando que vivíamos em um contexto de culpabilização das vítimas. Antes disso, em 2003, as estudantes organizaram um ato exigindo providências junto ao poder público. Segundo o jornal *Folha de São Paulo* (BALAZINA, 2003), as manifestantes seguravam faixas dizendo: “Chega de descaso”, “Polícia não é só para acabar com festa: queremos solução”, “Mais rondas noturnas” e “Chega de viver com medo”.

Em Franca, a maioria de nós vivia no centro da cidade, em casas antigas que abrigavam repúblicas femininas ou masculinas, sendo poucas as moradias mistas. As violências possuíam um enredo semelhante: o agressor conseguia

invadir a residência, se valendo de alguma falha na segurança ou a invadia pelo acesso ao sótão, comum naquelas construções. Naquela época, suspeitava-se que o agressor atacava em residências que já havia frequentado de alguma forma. Uma vez invadido a casa, o agressor se apossava de facas ou outros objetos que poderia ameaçar fisicamente a vítima e se trancava em seu quarto, enquanto ela estivesse dormindo. Muitas de nós, com medo, nos trancávamos em nossos quartos, algumas dormiam com facas ou garrafas de vidro ao lado de suas camas. Mesmo não conhecendo as identidades das vítimas, sabíamos ao menos que algumas delas haviam deixado a cidade, não sabíamos muito sobre a continuidade de seus estudos, ainda que houvesse a informação que uma ou outra aderira ao regime domiciliar.

Além dos casos envolvendo estudantes da UNESP, havia ainda outros contra estudantes de outras Universidades, residentes em bairros distintos, cujos casos guardavam semelhança entre si: estupros ocorridos dentro das casas das vítimas, em que o agressor utilizou objetos da própria residência para coação física. Havia ainda um caso de estupro contra uma funcionária pública federal, dentro de seu apartamento; o agressor, neste caso, teria escalado o edifício pelo lado de fora e invadido sua unidade. Esses não eram os únicos casos de estupro em Franca naquela época, mas chamavam atenção pela ritualística; além disso, mesmo as unespianas não sendo as únicas vítimas e ter havido, naquela época, a suspeita de que os vários casos parecidos não poderiam ter sido cometidos pelo mesmo agressor, tanto a comunidade universitária quanto a mídia local e estadual tratavam o caso como uma série de ações promovidas por apenas um indivíduo batizado de “maníaco da UNESP”².

Esses estupros que marcaram a história³ da UNESP Franca ocorreram entre 2000 e 2004. Ocorriam ainda outras situações de violência de gênero contra mulheres no campus universitário, como homens se escondendo nos banheiros femininos para nos observarem dentro das cabines sanitárias; havia também um homem⁴ que andava de bicicleta pelas imediações do campus, com o rosto coberto por uma camiseta, que assediava fisicamente as mulheres, passando a

² Esta denominação pode ser encontrada em notícias veiculadas pelos jornais *Folha de São Paulo* e *Folha Ribeirão*. No veículo de imprensa *CGN*, da cidade de Franca, foi possível encontrar a denominação “Tarado da UNESP”.

³ Foi por meio da amostra de DNA coletada do lençol de uma das vítimas que a polícia civil identificou o professor de dança que atuava no *campus* universitário, vinculado a um projeto de extensão da Universidade, não sendo docente formal da instituição. Este é um dado relevante para pensarmos os aspectos relacionados à responsabilidade institucional da Universidade, ainda mais em um contexto em que seu nome foi vinculado a estupros em série. A identificação ocorreu no ano de 2005 e me lembro que todos os casos de estupro contra as estudantes da UNESP foram imputados a ele, em um primeiro momento. Não me lembro de detalhes da investigação nem da ação penal e por esta ter se dado na modalidade de processo físico, não tive ainda a chance de consultar os autos para recuperar maiores informações. De todo modo, ele era alguém conhecido no *campus* que se envolvia em atividades do cotidiano universitário.

⁴ Sabíamos que eram homens porque alguns daqueles que se escondiam no banheiro eram vistos, mas não me lembro de nenhum ser capturado. Além disso, sobre o homem da bicicleta, também era visto, mas como mantinha o rosto coberto não era possível reconhecê-lo.

mão em suas partes íntimas. Tudo o que soube desse homem em específico foram de relatos de estudantes da UNESP Franca sobre essa violação, além, também, de ter sido vítima de sua atuação. Ademais, era comum colegas relatarem terem sido assediadas por homens que, dentro de seus carros, diminuam a velocidade, acompanhado as estudantes em sua caminhada pela rua pública e ao chamá-las, como se fossem pedir alguma informação, mostravam seu pênis ereto.

Naquele contexto, também vivenciamos situações de assédio em nossas relações acadêmicas com professores. No curso de Direito, era notório que um determinado professor assediava sexualmente mulheres em sala de aula, o docente agia sem constrangimentos na frente de todos. Cheguei a presenciar situações em que ele interrompeu sua aula quando alguma estudante entrava na sala e a acompanhava com o olhar, fazendo questão de performar por sua expressão facial e corporal desejo sexual, além de verbalizar comentários sobre o corpo da estudante, o que ele mesmo e muitos de nossos colegas consideravam meros elogios.

Em relação a essas últimas situações, não posso me lembrar de nenhuma atuação institucional para coibir as ações daquele docente, como também não me recordo de qualquer mobilização estudantil de denúncia sobre esses fatos. Tanto pode ter havido alguma denúncia, que foi processada de maneira sigilosa, quanto pode ser o caso das vítimas terem optado por não denunciarem tais situações. Lembro-me, no entanto, dessa informação ser compartilhada entre mulheres e o assunto ser debatido em algumas rodas informais, em que outras estudantes expressavam solidariedade e compartilhavam repulsa pelo docente, que todas as discentes do curso sabiam quem era.

EXPERIÊNCIA BAIANA

A partir da atuação como advogada em uma organização não governamental voltada ao atendimento gratuito a mulheres em situação de violência, a *Tamo Juntas*, é que tenho acompanhado alguns casos de assédio na Universidade, seja por meio do exercício da advocacia, seja pela atuação como militante feminista. O relato que apresentarei neste tópico se vale dessas duas dimensões de atuação, ambas pautadas pela solidariedade feminista.

Em casos recentes de assédio sexual e sexista, no contexto da Universidade Federal da Bahia, compartilho com as vítimas suas preocupações em como sobreviver à violência sofrida. Nos casos que conheci, ouvi as vítimas falarem sobre a impossibilidade de permanecerem no mesmo espaço e contexto que seus agressores, o que as fez promover métodos de sobrevivência que implicam em perdas de conquistas pessoais. Nestes casos, acompanhei mulheres sopesarem suas ambições e optarem pela preservação de sua integridade emocional, apesar da dor de perder projetos importantes para suas vidas.

Em outros casos, acompanhei decisões pela não denúncia em situações em que as vítimas conseguiram se afastar do autor do assédio, sem a necessidade de publicizar a violência. Até hoje, não testemunhei qualquer caso em que a vítima mantivesse vinculação com seu assediador por alguma necessidade acadêmica.

Mesmo sendo uma dualidade conhecida, a escolha entre a denúncia e o silêncio detém nuances exploradas pelas sobreviventes, implicando em escolhas em processo: se haverá ou não uma denúncia, se ela será apresentada sozinha, se haverá busca de apoio do movimento estudantil, se as vítimas optarão pela divulgação pela mídia dos casos denunciados, como contarão para suas famílias, quais suas pretensões acadêmicas futuras naquele espaço, dentre tantas outras.

Neste sentido, compreendo que a opção pela não denúncia é uma forma encontrada pelas vítimas de sobreviver à violência, tendo em vista a naturalização das hierarquias de gênero por nossa sociedade. Um dos aspectos deste fenômeno que tem sido denunciado pelo movimento feminista e campanhas internacionais contra o assédio sexual, como o *Me too* e a *Marcha das vadias*, é a revitimização da denunciante, ou seja, a articulação de violências pelas instituições estatais e pelo senso comum no sentido de culpabilizar a vítima pelo que sofreu, o que acaba por beneficiar os autores das violências.

A naturalização da violência também parece estar introjetada nas vítimas, considerando que estas presumem que a denúncia trará repercussões negativas para si, do ponto de vista moral e profissional, além de presumirem ainda que enfrentarão obstáculos institucionais na Universidade relacionados à chance de sofrerem revitimização. Se considerarmos a estrutura do processo administrativo, é seguro dizer não possuímos instrumental específico para casos de assédio nas Universidades, pois de maneira geral as vítimas necessitam recontar o ocorrido várias vezes, em diferentes instâncias, implicando em violência institucional. Além disso, são escassos protocolos específicos de prevenção e enfrentamento ao assédio, ou ainda meios de denúncia de modo a garantir o acolhimento das vítimas.

Um caso que veio a público na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, contou com múltiplas denúncias anônimas junto à Ouvidoria da Universidade; o movimento de denúncias foi articulado por um coletivo feminista daquela unidade, o *Coletivo Madás*, que também mobilizou campanha contra os assédios promovidos pelo docente denunciado. Apesar da Universidade ter aberto processo administrativo, o professor aposentou-se antes de qualquer condenação. Compreendo a iniciativa do docente como resposta à pressão política que as estudantes mobilizaram e apesar de sua aposentadoria ter impedido formalmente qualquer outro desfecho ao processo instaurado senão sua extinção e frustradas as expectativas sociais de punição, entendo que as estudantes daquela Faculdade de Direito foram vitoriosas.

REPENSANDO A UNIVERSIDADE

Hillary Hiner e Ana López Dietz (2021) consideram que o *Tsunami feminista chileno* ou *Mayo feminista* fortaleceu o movimento contra assédio sexual, no contexto universitário, e promoveu a criação de uma rede feminista intergeracional em torno do tema. Ressaltam que até a denúncia dos casos de assédio pelos coletivos feministas não havia no Chile protocolo contra assédio assexual na educação superior. O protagonismo dos coletivos feministas no Brasil na construção de medidas de enfrentamento ao assédio nas Universidades é reconhecido na literatura especializada (POSSAS, 2017; BANDEIRA, 2017), em conexão com as experiências narradas neste texto e outras articulações de mulheres nos espaços acadêmicos. Entretanto, não se trata de relação de causa e consequência a produção de protocolos institucionais e a mobilização feminista, havendo outros elementos de contexto a consideramos quando da análise da aderência institucional às pautas feministas.

No cenário brasileiro, tanto identificamos a perda de autonomia universitária nos últimos anos, considerando a interferência do governo federal na escolha dos Reitores em algumas Universidades, quanto retrocessos na política de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres desde a extinção da Secretaria de políticas para as mulheres antes vinculada à Presidência da República. Longe de esgotar a análise conjuntural da Universidade brasileira desde o golpe de 2016 e intensificação de uma agenda de costumes abertamente defendida pelo atual governo, que tem no centro de sua política questões de gênero e sexualidade, identifica-se contexto desfavorável à defesa dos direitos das mulheres.

Diferente do Chile, não possuímos protocolo contra assédio no ensino superior produzido pelo Ministério da Educação, sendo que a edição de protocolos ou guias como o da UNESP são iniciativas endógenas. Na UFBA, por exemplo, já houve proposta de criação de protocolo semelhante, mas sem avanço até o momento, mesmo que em seu âmbito existam núcleos de pesquisa especializados em gênero e sexualidade, programas de pós-graduação nas mesmas áreas, um curso de graduação especializado em gênero e diversidade, produção acadêmica relevante nestes temas, revistas especializadas e coletivos feministas atuantes em sua comunidade. Mais uma vez, produção de conhecimento parece não assegurar que as Universidades deixem de se mostrar refratárias a uma política de prevenção e enfrentamento à violência de gênero.

No entanto, temos vivido nos últimos dez anos a efervescência do pensamento feminista nas Universidades brasileiras (HOLLANDA, 2017), por meio da criação de coletivos feministas no âmbito do movimento estudantil, grupos de pesquisa no campo dos estudos de gênero, sexualidade e feminismos, programas de pós-graduação específicos sobre a temática, como no caso da UFBA com o *Programa de Pós-Graduação em estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismos*, ou com linhas de pesquisa que adotam a perspectiva feminista

e de gênero, além de redes feministas de pesquisa. Não seria inesperado, portanto, mudanças de posicionamento e fortalecimento das mulheres nesse contexto, tendo em vista que as teorias feministas reconhecem a legitimidade das experiências das mulheres como produção de conhecimento sobre as relações de gênero. Há nessa perspectiva teórica não apenas a consideração da palavra das mulheres (ainda mais quando vítimas da violência de gênero), sobretudo o pressuposto de gênero como elemento que organiza as relações de poder (SCOTT, 1991).

Na graduação, não fui contemporânea de coletivos ou núcleos de pesquisa feministas ou que adotassem a perspectiva de gênero em Franca e isso me levou à Bahia. Hoje, acompanhando a ebulição do pensamento feminista na Universidade, ao mesmo tempo me deparo com uma estrutura universitária que não oferece respostas efetivas às mulheres quando denunciam violência de gênero, especialmente em casos de denúncias de assédio sexual, ou seja, que sejam eficazes em sua erradicação. Considerando o contexto nacional, penso não ser demais considerar que nos encontramos na ausência de políticas neste sentido.

Sendo assim, são urgentes protocolos de atuação nas Universidades quanto à violência de gênero, até mesmo quando sua ocorrência não se relaciona estritamente às relações acadêmicas, tendo em vista que as assimetrias de gênero estão por toda a parte, constituem nossas identidades e naturalizam-se nas relações interpessoais. De um lado, a Universidade necessita de regulamentação expressa sobre violência de gênero no contexto das relações acadêmicas, desafio que extrapola as fronteiras dos *campi* universitários e demanda produção legislativa em âmbito nacional. Em outra perspectiva, ao pensarmos a Universidade enquanto comunidade pedagógica (hooks, 2017), podemos cogitar alternativas de prevenção e reparação voltadas aos aspectos de prevenção e acolhimento de todas as mulheres⁵ que compõe a comunidade universitária e que necessitam sobreviver às violências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei apresentar um testemunho sobre os casos de violência de gênero no contexto universitário a fim de contribuir para o debate sobre alternativas e soluções, considerando que as violências contra as mulheres afetam nossa permanência na Universidade e desenvolvimento profissional. Ao não encontrar registros da experiência francana com os estupros em série na perspectiva estudantil, considerei relevante relatar um pouco do que me lembro, com o propósito de colaborar com futuras investigações. Além disso, considerando a

⁵ Refiro-me às mulheres por se tratar da preocupação central do texto, mas não posso deixar de mencionar que a Universidade tem sido espaço de violência contra outros grupos vulneráveis. É relevante considerar a intersecção dos marcadores sociais da diferença, tais como classe, raça, gênero e sexualidade para compreender as desigualdades e as violências. Além disso, não é demais dizer que quando me refiro a mulheres, me refiro a todas que se identificam enquanto tal.

urgência do diálogo, articulação e solidariedade feminista em âmbito nacional, optei por trazer também breve testemunho das lutas feministas contra a violência de gênero, especialmente o assédio sexual, na Universidade Federal da Bahia.

Considerando as ausências no campo das políticas de prevenção e enfrentamento à violência de gênero, creio ser possível afirmar a permanência de estruturas patriarcais na organização universitária, em uma perspectiva que reconhece o silêncio como convivência. Todavia, por considerar a perspectiva do conhecimento situado, analiso que os limites das políticas universitárias perpassam pelas vozes e possibilidades reais de fala dos sujeitos interessados na transformação das relações de gênero em perspectiva emancipatória.

Tendo em vista o movimento de denúncias de assédio, as mulheres universitárias gritam a urgência de transformação do ambiente acadêmico para que possamos habitá-lo sem ressalvas. Assim, são urgentes novas políticas universitárias que se comprometam abertamente com o fim da violência de gênero em conjunto com sua comunidade universitária, especialmente com os grupos feministas.

REFERÊNCIAS

BALAZINA, Afra. Universitárias fazem ato contra estupros em São Paulo. **Folha de São Paulo**, Ribeirão Preto online, 27 de novembro de 2003. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u86267.shtml>. Acesso em: Mar. 2022.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Trotes, assédios e violência sexual nos campi universitários no Brasil. **Revista Gênero**, v. 17, n. 2, p. 49-79, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31263/18352>. Acesso em: Mai. 2022.

CONDENADO por estupro é colocado em liberdade. **GCN**, Franca, 22 de julho de 2010. Disponível em: <https://gcn.net.br/noticias/101926/franca/2010/07/CONDENADO-POR-ESTUPRO-E-COLOCADO-EM-LIBERDADE-101926>. Acesso em: Abr. 2022.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da Ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n.5, 1995, p. 21.

HARDING, Sandra. **Ciencia y feminismo**. Madrid: Ediciones Morata, 1996.

HINER, Hillary; LOPEZ DIETZ, Ana. ¡Nunca más solas! Acoso sexual, tsunami feminista, y nuevas coaliciones dentro y fuera de las universidades chilenas. **Polis**, Santiago, v. 20, n. 59, p. 122-146, mayo 2021. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682021000200122&lng=es&nrm=iso. Acesso em: Mai. 2022.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

MAGALHÃES, Katiucia. Estupros geram novo protesto em Franca. **Folha de São Paulo**, Ribeirão Preto, online, 6 de maio de 2004. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u93859.shtml>. Acesso em: Mai. 2022.

MAGALHÃES, Katiucia. Alunos da Unesp pedem segurança após estupro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 84, 6 de maio de 2004, C9. Cotidiano. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=16068&keyword=Franca%2Cprotestos&anchor=5266315&origem=bus-ca&originURL=&pd=780a9696fcb56a199c1183c40a32e9ff>. Acesso em: Mai. 2022.

MIES, Maria. ¿Investigación sobre las mujeres o investigación feminista? El debate em torno a la ciencia y la metodología feministas. In: BARTRA, Eli (comp.) **Debates en torno a una metodología feminista**. México, D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana, 1998, p. 74.

PASSEGI; Maria da Conceição; SOUZA; Elizeu Clementino; VICENTINI, Paula P. Entre a vida e a formação: pesquisa (auto)biográfica, docência e profissionalização. **Educação em Revista**, v. 27, n.01, p. 369-386, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v27n1/v27n1a17.pdf>. Acesso em: Ago. 2020.

POLÍCIA prende suspeito de estupro em campus da Unesp. **Folha de São Paulo**, online, 3 de dezembro de 2004. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u102607.shtml>. Acesso em: Mai. 2022.

POSSAS, Lúcia Maria Viana. Sobrevivências e Violência de Gênero no Espaço: avanços, ambiguidades e perspectivas. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, v. 3, p. 97-106, 2017a. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/7392>. Acesso em: Jun. 2022.

POSSAS, Lúcia Maria Viana. O espaço acadêmico e a vulnerabilidade das minorias. Violência de gênero e a *cultura do estupro*: experiências, formas de resistências e história. **Anais Fazendo Gênero 11**. 2017b. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499459952_ARQUIVO_TextoCompletoFazendoGenero11.pdf. Acesso em: Jun. 2022.

POSSAS, Lúcia Maria Viana. Testemunhas e Sobreviventes, a (re) Invenção de Identidades. Viuvez, Gênero e o Estado de Exceção na América Latina. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero & Direito** (UFPB), v. 4, p. 61-75, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/view/24602/13608>. Acesso: Jun. 2022.